

## TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objetivo deste Termo de Referência é a contratação de empresa especializada para prestar serviço de seguro predial para o Imóvel da Câmara Municipal de Esteio. A cobertura deve incluir riscos de incêndio, queda de raio, explosão, alagamentos, vendaval, danos elétricos, quebra de vidros e riscos decorrentes de tumultos, roubo de bens ou furto qualificado, danos ao patrimônio e responsabilidade civil. O imóvel está localizado na Rua 24 de Agosto, Nº 535, Centro - Esteio/RS.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação ocorrerá por meio de dispensa de licitação por cotação, seguindo o que determina o artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021. Além disso, o processo está em conformidade com a Resolução da Câmara nº 831, de 29 de fevereiro de 2024, que estabelece os procedimentos para a contratação direta sem a necessidade de dispensa eletrônica. A proposta mais vantajosa será definida pelo critério de menor preço

### 3. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A contratação é essencial para a preservação do patrimônio da Câmara Municipal de Esteio. Ao adotar medidas proativas para a proteção das instalações, a Câmara cumpre sua responsabilidade de garantir a segurança dos servidores e dos cidadãos que utilizam o espaço diariamente, resguardando o patrimônio contra uma variedade de riscos potenciais.

Item	Objeto	Unidade de Medida	Quantidade
	Contratação de seguradora para renovação do seguro do prédio		
01	Câmara de Vereadores de Esteio – RS (período de 12 meses, podendo ser prorrogado)	UN	01

### **4.NATUREZA DOS SERVIÇOS**

**4.1.** De acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, o serviço se caracteriza em sua predominância como serviço comum, continuado.



# Estado do Rio Grande do Sul

## Câmara Municipal de Esteio

### **5.REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- **5.1.** A contratação deve atender aos seguintes requisitos:
  - **5.1.1. Qualificação da Contratada**: Contratar uma empresa especializada em seguros prediais, devidamente regulamentada.
  - **5.1.2. Transparência da Apólice**: A apólice precisa detalhar, de forma clara, as condições gerais e específicas, limites de cobertura, franquias e prazos de indenização.
  - **5.1.3. Suporte e Atendimento**: A seguradora deve oferecer atendimento eficiente e contínuo, com suporte 24 (vinte e quatro) horas para sinistros e emergências.
  - 5.1.4. Conformidade Legal: O processo de contratação deve seguir a Lei Federal nº 14.133/2021, priorizando os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e competitividade.
  - **5.1.5. Objetivo Final**: O objetivo é garantir a segurança do patrimônio da Câmara e a continuidade de suas atividades.

#### **6.DA VISTORIA**

- **6.1.** A empresa interessada poderá realizar uma vistoria no local para conhecer as condições do imóvel e avaliar as dificuldades existentes.
- **6.2.** O agendamento da visita deve ser feito com o Setor de Compras, Patrimônio e Almoxarifado, através do e-mail almoxarifado@esteio.rs.leg.br ou do telefone (51) 3458-5032.
- 6.3. A vistoria será acompanhada por um responsável designado pela Câmara.
- **6.4.** Independentemente de o licitante realizar a visita ou não, ele será integralmente responsável pela proposta apresentada. Não serão aceitas alegações posteriores para modificar a proposta. A empresa contratada será objetivamente responsável pela correta execução do serviço.

### 7.LEGISLAÇÃO, NORMAS E REGULAMENTOS

7.1. A Contratada será responsável por cumprir todas as leis, decretos, regulamentos e normas federais, estaduais e municipais aplicáveis ao objeto do contrato. A Câmara Municipal de Esteio é isenta do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) por ser um órgão público.



# Câmara Municipal de Esteio

### 8.DO MODELO DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- **8.1.** O seguro deve garantir o pagamento de indenização por danos ou prejuízos ao imóvel da Câmara Municipal de Esteio, com as seguintes coberturas:
  - **8.1.1. Básicas**: Incêndio, explosão, fumaça, queda de raio e queda de aeronave.

#### 8.1.2. Diversas:

- a. Danos elétricos:
- b. Quebra de vidros, espelhos, mármores e granitos;
- c. Impacto de veículos;
- d. Vendaval, furação, ciclone, tornado e queda de granizo.

#### 8.1.3. Adicionais:

- a. Roubo e/ou furto qualificado de bens;
- b. Responsabilidade civil para estabelecimentos comerciais e/ou industriais;

Valor em Risco	R\$ 5.000.000,00
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos, queda de raio, queda de aeronave, explosão de qualquer natureza e implosão	R\$ 5.000.000,00
Danos elétricos	R\$ 100.000,00
Quebra de vidros, espelhos, mármores e granitos	R\$ 15.000,00
Roubo e/ou furto qualificado de bens	R\$ 20.000,00
Vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo, tsunami, erupção vulcânica e fumaça/ Impacto de veículos terrestres	R\$ 300.000,00
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais	R\$ 200.000,00
	/

## 9. DA APÓLICE E DA INDENIZAÇÃO

- 9.1. Emissão e Cobertura da Apólice: A Contratada deverá emitir e entregar a apólice de seguro em um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da assinatura do contrato. O seguro garantirá o pagamento de indenização ao segurado até o limite das importâncias seguradas, em conformidade com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados SUSEP.
- **9.2. Vigência**: A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando-se às 24h00min do dia de sua emissão e encerrando-se às 24h00min do último dia de sua validade, conforme o disposto no artigo 5º da Circular SUSEP nº 251, de 15 de abril de 2004.
- **9.3. Conteúdo Mínimo da Apólice**: A apólice de seguro deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



- **9.3.1.** A descrição detalhada do imóvel coberto pelo seguro;
- 9.3.2. O valor do prêmio por item e sua totalização;
- **9.3.3.** A discriminação dos danos indenizáveis e dos direitos e deveres do segurado.
- 9.4. Procedimento em Caso de Sinistro: Na ocorrência de um sinistro, a Câmara Municipal de Esteio acionará a Contratada. A seguradora terá a obrigação de designar um perito para comparecimento e realização da perícia em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da notificação formal do sinistro. O pagamento da indenização deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de recebimento do aviso de sinistro e da apresentação de toda a documentação necessária pela Câmara Municipal de Esteio.

### 10. VIGÊNCIA CONTRATUAL

### 10.1. Prazo e Condições de Prorrogação:

- 10.1.1. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite decenal, conforme os artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.1.2. A prorrogação estará condicionada à demonstração de sua vantajosidade para a Câmara Municipal, mediante autorização da autoridade competente e a observância dos seguintes requisitos:
  - a. Demonstração de Necessidade: Estar formalmente comprovado que o serviço possui natureza continuada.
  - b. Manutenção da Habilitação: A Contratada deve manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da licitação.
  - c. Regularidade na Prestação: Os serviços deverão ter sido prestados de forma regular e satisfatória.
  - d. **Interesse da Administração**: A Administração Pública deve manter interesse na continuidade da contratação.
  - e. **Vantajosidade Econômica**: As condições e o valor do contrato devem continuar economicamente vantajosos para a Administração.
  - f. **Manifestação da Contratada**: A Contratada deve manifestar expressamente seu interesse na prorrogação.

### 10.2. Impedimentos para a Prorrogação

- **10.2.1.** O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada:
  - a. Tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União, Estado ou



do próprio órgão contratante, enquanto durarem os efeitos da sanção.

 b. Não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

### 10.3. Formalização da Prorrogação

10.3.1. Qualquer prorrogação contratual deverá ser formalizada por meio da celebração de um termo aditivo. O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura.

### 11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Emitir apólice de seguro em consonância com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), de acordo com as coberturas contratadas.
- 11.2. Fornecer junto com a apólice de seguro, manual ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro e normas de atendimentos especificando detalhadamente cada tipo de serviço à disposição, dentre as quais, obrigatoriamente, sobre as providências a serem tomadas em caso de sinistro.
- **11.3.** Prover um serviço de atendimento por chamada, podendo prover também acesso por canal digital com operador que atenda as solicitações, para comunicação com a Câmara em caso de sinistro.
- **11.4.** Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado.
- 11.5. Responder pelo total cumprimento da cobertura do seguro contratado perante a Câmara Municipal de Esteio, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistros porventura ocorridos.
- **11.6.** Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da contratação.
- **11.7.** Executar diretamente o objeto do contrato decorrente deste Termo de Referência, vedada a subcontratação.
- **11.8.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **11.9.** Guardar, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham a tomar



conhecimento, o mais absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

- **11.10.** Não utilizar sua qualidade de prestador de serviço ou o nome da Câmara em quaisquer atividades de divulgação profissional, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;
- 11.11. Cumprir todas as disposições constantes do objeto deste Termo de Referência, nos termos propostos, em conformidade com a descrição pormenorizada apresentada e indissociável, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, de acordo com as solicitações, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento;
- **11.12.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

### 12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- **12.1.** A Contratante, neste caso a Câmara Municipal de Esteio, tem as seguintes responsabilidades:
  - **12.1.1.** Comunicar o sinistro à Contratada imediatamente após tomar conhecimento do ocorrido.
  - **12.1.2.** Proteger o local do sinistro para evitar o agravamento dos danos.
  - **12.1.3.** Aguardar a autorização da Contratada antes de iniciar qualquer reparo.
  - **12.1.4.** Prestar informações e esclarecimentos solicitados pela Contratada, desde que sejam pertinentes ao contrato.
  - **12.1.5.** Fiscalizar os serviços por meio de servidores designados, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.
  - **12.1.6.** Rejeitar a apólice se ela estiver, total ou parcialmente, em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.
  - **12.1.7.** Garantir o pagamento pelos serviços, empenhando os recursos necessários e efetuando o pagamento nas condições acordadas.
  - **12.1.8.** Fazer cumprir as cláusulas do contrato.
  - **12.1.9.** Aplicar penalidades regulamentares e contratuais à Contratada, caso necessário.



12.2. A Administração Pública não se responsabiliza por quaisquer compromissos que a Contratada assuma com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da própria Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **13.DO PAGAMENTO**

- **13.1.** Quando for constatada qualquer irregularidade na nota fiscal/fatura, será imediatamente solicitado que a contratada providencie carta de correção, se aplicável, ou realize a regularização necessária, que deverá ser encaminhada para o Setor de Compras e Almoxarifado, no prazo de 02 (dois) dias úteis.
  - **13.1.1.** A não apresentação da carta de correção ou da regularização no prazo estipulado reiniciará a contagem do prazo de pagamento a partir da data de sua efetiva apresentação.
- **13.2.** Enquanto houver alguma circunstância que desaconselhe o pagamento, seja por irregularidade na execução do objeto ou na emissão da apólice, esta será devolvida à contratada e o prazo de pagamento será interrompido.
- **13.3.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar do aceite da apólice ou documento equivalente de cobrança.
- **13.4.** Vencido o prazo de que trata o subitem anterior, incidirão sobre os valores atualizações monetárias pelo IPCA, desde o dia subsequente ao do vencimento até o do seu efetivo pagamento.
- **13.5.** As notas fiscais/faturas entregues não deverão conter vícios ou incorreções que impossibilitem ou atrasem o pagamento, hipótese em que a contratada suportará os ônus decorrentes do atraso.
- **13.6.** Serão retidos na fonte os tributos incidentes sobre a contratação, mediante previsão legal tributária de tal prática, cuja base de cálculo será os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto.

### 14. DA DOTAÇÃO

- **14.1.** Dotação Orçamentária: Conservar a Sede Administrativa do Poder Legislativo.
- **14.2.** 14 3.3.90.39.69.00.00.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Seguros em geral.



#### 15. DA GARANTIA

**15.1.** Não haverá exigência de garantia dos serviços contratados, devido à natureza do objeto.

### 16. QUESTIONÁRIO

- a. O local do risco possui protecionais contra incêndio? Sim
- b. Sistema de Alarme (Infravermelho, Abertura, Impacto, etc.)? Não possui
- c. Grades e fechaduras (tetras), em todas janelas e portas externas? Não possui
- d. O local do risco possui vigilância/porteiro? Sim, vigilância 24 horas;
- e. O local de risco está situado em mercados públicos, Ceasa e Hipermercados? Não
- f. O local de risco está em edificação desapropriada pelo Poder Público ou tombado pelo Patrimônio Municipal, Estadual, Federal ou Mundial? Não
- g. O local de risco está em construção, demolição, reconstrução ou em reforma? Não
- h. O local de risco divide espaço físico com outra empresa com razões sociais distintas? Não
- i. O local de risco possui Isopainel em sua Construção? Não

